



ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA: “Avaliação da transparência da gestão dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, especialmente quanto à fixação das tarifas - técnica e do usuário.”

1. Informações gerais

- **Data e horário:** 18 de fevereiro de 2020, 14h
- **Local:** Salas de treinamento 1 e 2, Mezanino, Edifício Sede do MPDFT
- **Pauta:** - Avaliação da transparência da gestão dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, especialmente quanto à fixação das tarifas – técnica e do usuário

2. Resumo das falas

- **Dr. Eduardo Sabo (MPDFT):** abriu a audiência com apresentação do tema, ressaltando a importância de serem ouvidas as diferentes representações da sociedade para melhor avaliação da transparência da gestão dos contratos de concessão do STPC/DF.
- **Dra. Lenna Daher (MPDFT):** deu as boas vindas e ressaltou a amplitude do tema relacionado ao direito à mobilidade. Aduziu que o direito ao transporte é direito social, previsto no artigo 6º da Constituição da República de 1988 e transversal aos demais direitos, afetando todos eles. Sublinhou que uma das funções do Ministério Público é contribuir para com o debate, sobretudo trazer a sociedade civil para a discussão, justificando, pois, a realização da Audiência Pública. Em seguida, fez menção à dificuldade que se tem notado no acesso aos dados que envolvem o estabelecimento da tarifa de ônibus, notadamente a ausência de dados abertos. Concluiu que se espera com a presente audiência avaliar com a sociedade civil e com os especialistas convidados o nível de transparência necessário para que todos possam exercer o controle social, corolário da cidadania. Informou que em 2019 foram gastos aproximadamente 590 milhões de reais do orçamento público apenas para o pagamento às empresas concessionárias, sem contar com a tarifa usuário. Destacou que o pagamento é feito por meio da tarifa técnica, cujo cálculo não é claro para a população. Por esse motivo, continuou, dando vazão também ao direito fundamental à informação e a uma administração pública transparente, é que se convocou a presente audiência. Por fim, destacou que o dinheiro investido em transporte público deve ser efetivamente direcionado ao usuário.
- **Rebecca Cortês (Instituto de Fiscalização e Controle – IFC):** começou apresentando vídeo sobre o programa “Como anda meu ônibus”. Após, expôs a visão do usuário de que hoje o transporte público é de má qualidade. Em seguida apresentou dados coletados em pesquisa realizada junto aos cidadãos, destacando que o pior indicador do questionário aponta para a lotação dos ônibus e o preço das passagens. Afirmou que no site da Secretaria de Transporte e Mobilidade – Semob apenas constam os dados da composição das tarifas do serviço básico de abril de 2010 a março de 2011, ou seja, o usuário não tem como saber a real composição da tarifa desde então em fontes abertas.



ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA: “Avaliação da transparência da gestão dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, especialmente quanto à fixação das tarifas - técnica e do usuário.”

Destacou que a Sociedade Civil Organizada precisa saber como a tarifa é calculada, sobretudo o que justificou a tomada de decisão do GDF pelo reajuste. Esclareceu que existem dois tipos de tarifa: a pública/usuário, que é o valor pago pelo usuário; e a técnica, que é valor total, com a complementação paga pelo DF. Ressaltou estudo contratado em 2017 pelo DF e conduzido pela FGV, cujo objetivo foi avaliar os contratos de concessão do STPC/DF, que foi ignorado pela Semob, quando do reajuste da tarifa técnica, sob a alegação de insegurança jurídica. Concluiu informando que o relatório apresentado na audiência está nos sites do MPDFT e do IFC.

- **Wesley Ferro Nogueira (Instituto Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos – MDT):** inicialmente apresentou a missão do MDT, que é efetivar o transporte público de qualidade e a mobilidade ativa como estruturadores do desenvolvimento urbano sustentável e promotores do direito à cidade. Após, sublinhou que acha importante trazer outros elementos acerca do transporte público para o debate, não se restringindo à tarifa. Afirmou que o MDT luta pela melhoria do transporte público, tendo em vista que o atual sistema privilegia os carros em detrimento dos demais meios de locomoção. Ressaltou, em seguida, que nenhuma experiência no mundo corrobora o investimento no transporte individual em detrimento do público para a solução dos problemas de locomoção urbana. Após propor um avanço nos estudos para o desenvolvimento do transporte público no entorno (uma melhor integração), que se encontra ainda pior, aduziu que a licitação de 2011 rompeu com o antigo modelo, porquanto o GDF assumiu a gestão dos contratos que, antes, ficavam à mercê dos particulares. Declarou, em continuação, que um dos desafios do STPC é a ausência de gestão plena do sistema pelo governo, além da falta de dados/transparência, bem como a falta de implementação do Índice de Qualidade do Transporte (IQT), formado por indicadores que avaliam a qualidade dos serviços prestados pelas empresas de transporte público do DF. Alertou que não se previu, na licitação para o eixo sul, a prestação de transporte por ônibus articulado. Isso seria uma das alegadas razões para a necessidade da revisão da tarifa técnica, provocada, na verdade, por erro grosseiro da Administração.
- **Leila Saraiva (Movimento Passe Livre – DF):** iniciou saudando as pessoas que conseguem utilizar o transporte público precário do DF. Em seguida, afirmou que o Governador Ibaneis decidiu pelo reajuste da tarifa para manutenção dos lucros de empresários, sem considerar quem está na ponta, que é o usuário. Ademais, disse que o Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal foi ignorado na questão, pois se manifestou contrariamente ao reajuste. Destacou que as pessoas que hoje mantêm o sistema de transporte público, que mais o utilizam, são as mais vulneráveis e, contudo, não recebem o cuidado estatal que merecem. Sublinhou que outro setor muito afetado é o daqueles que moram no entorno. Aduziu serem mais de 100 mil as pessoas do entorno que vêm para o DF diariamente, razão pela qual dever-se-ia pensar numa integração eficiente. Em continuação, alertou para o fato de que ninguém sabe exatamente como funciona a tarifa técnica, e como ela é calculada. Exemplificou que desde 2005 o MPL não tem acesso às planilhas de custo do transporte público, embora requiera. Reiterou que a tarifa técnica hoje está montada para realizar o lucro dos

R



ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA: “Avaliação da transparência da gestão dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, especialmente quanto à fixação das tarifas - técnica e do usuário.”

prestadores e não houve nenhum governo que tenha alterado isso. Disse, ainda, que o reajuste é feito sem qualquer controle social, isto é, de maneira totalmente autoritária. Por fim, sustentou a necessidade de se alterar a forma de financiamento do transporte, devendo-se encará-lo como direito e não como mercadoria.

- **Pastor Willy Gonzales Taco (Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes – CEFTRU UnB):** Inicialmente ressaltou-se os serviços prestados pelo CEFTRU e seus objetivos, que incluem a produção de inovações para a melhoria do transporte, da mobilidade urbana e da logística no Distrito Federal e no Brasil. Destacou que é preciso pensar em formas para se melhorar o transporte público de uma forma geral, como a carona solidária que vem sendo implantada na UnB. Disse, ainda, que é preciso empoderar a população com conhecimentos capazes de possibilitá-la a lutar por seus direitos. Chamou atenção também para a necessidade de se tratar da acessibilidade nas discussões envolvendo o transporte público, porquanto se trata de importante instrumento de inclusão social. Trouxe dados relativos à pesquisa realizada pelo CEFTRU com usuários de transporte público, a qual demonstrou que os itens frequência e lotação encontram-se com as piores avaliações. Sublinhou, por fim, a importância do conceito de Mobilidade corporativa, que consiste no conjunto de ações a serem promovidas pelos empregadores para que os funcionários viagem de forma mais sustentável.
- **Adovaldo Dias de Medeiros Filho (Representante do Deputado Distrital Leandro Grass):** iniciou manifestando que o Deputado externou escusas por não poder comparecer à audiência, já que tem atuado muito no sentido da melhoria do transporte público do DF. Aduziu que o Deputado tem encontrado dificuldades com relação ao acesso à informação no âmbito da Semob. Disse que o parlamentar tem atuado com relação ao transporte público por meio de proposições legislativas, tendo havido, inclusive, o pedido para nova auditoria pelo TCDF. Conclui pela necessidade do fornecimento simplificado de dados relativos ao STPC, para proporcionar um grande estudo para resolver esse gargalo do transporte.
- **Cleomar Manhas (Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC):** apontou que o problema da transparência não é só no que tange à tarifa técnica, pois a própria composição do subsídio precisa de esclarecimentos. Sustentou que o transporte individual motorizado também é subsidiado e ninguém fala disso. Em continuação, afirmou que a maior parte das pessoas que dependem do transporte público são as pessoas de baixa renda e, embora a qualidade dos ônibus tenha melhorado, ainda é muito precária. Aduziu que o atual valor da tarifa contribui para a segregação oriunda do sistema de transporte público do DF. Agradeceu a iniciativa do Ministério Público, ressaltando a necessidade de o Governo abrir as planilhas de custos, deixando estas de estarem apenas nas mãos dos empresários. Concluiu informando que o INESC fez um estudo que demonstra ser possível um sistema de tarifa zero.
- **Carlos Penna Brescianini (pesquisador da área de Mobilidade Urbana):** pontuou, inicialmente, que se deve analisar com cautela a suposta discricionariedade da Administração para direcionar recursos para obras rodoviárias em detrimento das obras



ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA: “Avaliação da transparência da gestão dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, especialmente quanto à fixação das tarifas - técnica e do usuário.”

metro-ferroviárias. Aduziu que, por conta do crescimento populacional do DF, desde 1960, o sistema rodoviário ficou inviável, mas o governo o mantém para o lucro de empreiteiras, empresários, indústria do petróleo e correlatos. Expôs as más escolhas feitas pelos sucessivos governos do DF, que optaram deliberadamente por privilegiar o transporte por ônibus em detrimento de outros meios metro-ferroviários muito mais eficientes. Afirmou, em continuação, que a fórmula que calcula o reajuste foi projetada para sempre dar aumento, uma vez que dotada de 4 constantes positivas. Destaca, também, que como as empresas não cumpriram o determinado no edital, relativo à instalação de interface de rede sem fio para troca de informações, a quantidade de passageiros não é comunicada automaticamente à Semob. Assim, quem diz quantos passageiros transportou é a própria empresa. Afirmou, ainda, que, também descumprindo o edital, os ônibus não são dotados de GPS, o que impossibilita o acompanhamento real da quantidade de ônibus em circulação. Alertou, em continuação, que não há concorrência no DF no que tange ao transporte em ônibus, cuidando-se de verdadeiro oligopólio. Por fim, propôs, dentre outras coisas, o fim da tarifa técnica, substituindo-a pelo preço real/final e a integração com o Sistema de Bilhetagem Única através da base do Metrô-DF.

- **Onésimo Stafuzza (Observatório Social de Brasília):** informou que deixaria a Carta OSB/PRES 2/2020 para juntada no procedimento da audiência pública, contendo os problemas de transparência que precisam de atenção. Aduziu, ainda, que o Observatório Social pugna pela clareza e exposição dos dados para que todo cidadão com nível mínimo de conhecimento possa fazer o controle social e entender o cálculo da tarifa.
- **Daniel Ribeiro (Representante do Deputado Distrital Fábio Félix):** destacou que o gabinete do Deputado tentou analisar os dados fornecidos pelo governo e concluiu que o aumento da tarifa usuário não se sustenta, justamente pela falta de transparência. Aduziu que a Semob não consegue fornecer informações próprias, isto é, ela sempre depende de dados fornecidos pelas empresas. Ressaltou que a dificuldade em encontrar dados foi levantada ainda em 2017, por auditoria feita pela FGV, contratada pelo DF. Ademais, afirmou que demonstrativos financeiros das empresas nunca foram publicados no DODF, mesmo que previsto no contrato, ou seja, não se sabe o lucro das empresas. Sublinhou que sequer nos sites das empresas há essa publicação. Aduziu, ainda, que o cálculo da tarifa técnica é feito sem ter os dados básicos, que são todos fornecidos pelas empresas por meio de estimativas sem nenhuma comprovação. Alertou, inclusive, que a passagem paga em dinheiro (39% dos usuários) não é levada em consideração pela Semob quando do cálculo do repasse. Assim, o relatório apresentado conclui que pelas fragilidades, é possível a manipulação pelas empresas. Informou, por fim, que o citado relatório ainda não foi aprovado pela Comissão da CLDF e, que, após aprovação e consequente publicidade, será enviado a este MPDFT.
- **Márcio André da Silva Braga (Fórum Democrático e Popular dos Moradores da Vila Planalto):** após afirmar que o sistema de transporte público só faz piorar, elencou dificuldades por que passam os usuários, sobretudo os moradores da Vila Planalto.



ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA: “Avaliação da transparência da gestão dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, especialmente quanto à fixação das tarifas - técnica e do usuário.”

Defendeu a necessidade de se acabar com o monopólio que existe em Brasília, e que a sociedade civil precisa estar presente. Ao final foram deixados 3 documentos para juntada no procedimento que instrumentaliza a presente audiência, entre eles o Ofício n. 421/2016 – DTE/DFTRANS.

- **Dra. Lenna Daher (MPDFT):** Agradeceu a presença e contribuição de todos e declarou encerrada a Audiência, elencando os encaminhamentos que se seguem.

3. Encaminhamentos

- a) publicar no site do MPDFT a ata e os documentos disponibilizados;
- b) solicitar agenda com a Semob para levar ao conhecimento as manifestações e os documentos coletados nesta data;
- c) instruir o Procedimento Administrativo 08190.000980/20-43, que trata da avaliação da transparência da gestão do STPC/DF, com os documentos produzidos na audiência pública.

4. Observações

- a) A Audiência Pública fora gravada com recursos audiovisuais, cuja mídia será juntada ao procedimento administrativo correlato.
- b) Os documentos apresentados por Onésimo Stafuzza (Observatório Social de Brasília) e Márcio André da Silva Braga (Fórum Democrático e Popular dos Moradores da Vila Planalto), conforme referidos, também serão juntados no procedimento que instrumentaliza a presente Audiência Pública.
- c) A lista de presença segue anexa a esta Ata.

Lenna Nunes Daher
Promotora de Justiça

Gestora da Audiência Pública e Presidente da Mesa

Rafael Marques Alemar
Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria
Secretário da Audiência Pública

Brasília, 18 de fevereiro de 2020.